

Parlamentares atrasam reforma na Educação

Lei de Diretrizes e Bases espera aprovação de deputados e senadores há mais de sete anos

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O governo lança hoje um pacote para a educação fundamental que deverá destinar pelo menos 15% da receita de Estados e municípios para o primeiro grau. A previsão é de que, aprovado o pacote, o ensi-

no fundamental passe a contar com R\$ 12 bilhões, dos quais R\$ 7,2 bilhões para pagamento de professores do ensino primário.

A se tomar como exemplo a vagareza com que o Congresso aprecia as propostas, o pacote do ensino fundamental poderá morrer nas gavetas de deputados e senadores. Isso porque o governo tem enfrentado muitas dificuldades no Congresso para tocar adiante projetos na área de educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por exemplo, está em exa-

me há sete anos. A medida provisória que cria o Conselho Nacional de Educação no lugar do Conselho Federal foi reeditada 13 vezes.

A MP do Conselho Nacional de Educação sofre oposição da União Nacional dos Estudantes (UNE), porque cria uma espécie de segundo vestibular para o recém-formado. A UNE é forte no

Congresso, principalmente no PC do B. São ex-presidentes da entidade os deputados Aldo Arantes (PC do B-GO), Aldo Rebelo (PC do B-SP) e Lindberg Farias (PC do B-RJ). O deputado Ricardo Gomyde (PC do B-PR) também é ex-dirigente da UNE, embora não tenha chegado à presidência.

O ministro da Educação, Paulo

Renato Souza, adverte: "Se o projeto não for aprovado até dezembro, eu mesmo vou constituir o conselho conforme as orientações da medida provisória, e não de acordo com o projeto de conversão do deputado Paes Landim (PFL-PI)."

Já são três as propostas de interesse do setor educacional que amargam o pouco caso do Congresso: a Lei de Diretrizes e Bases, a MP do Conselho Nacional de Educação e o projeto de lei que muda os critérios para a escolha dos dirigentes universitários. Ou-

tras propostas deverão ser acrescidas, a partir da semana que vem.

O ministro Paulo Renato afirma que a demora do Congresso na aprovação das leis está "prejudicando os avanços da educação". Segundo ele, o fato de o Congresso não ter aprovado até agora a MP do Conselho Nacional de Educação provocou uma espécie de paralisia nos planos do governo: "Queremos promover a avaliação das universidades e recredenciar as instituições, mas dependemos do Congresso", disse o ministro.

**MEDIDA
PROVISÓRIA
FOI REEDITADA
13 VEZES**